

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA TEORIA DE MAX WEBER: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO TEMA

MARCELO RODRIGUES LEMOS

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Graduado em Ciências Sociais (UFU). Professor de sociologia no Ensino Médio, em Patrocínio-MG.

Contato: marcelo.lemos@hotmail.com.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA TEORIA DE MAX WEBER: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO TEMA

Marcelo Rodrigues Lemos

RESUMO: O seguinte artigo tece reflexões acerca do método analítico weberiano, a Sociologia Compreensiva. Para tanto, o foco central abordado diz respeito à Teoria da Estratificação Social, identificando os conceitos de casta, estamento, classe e partido aos tipos ideais. Por fim, atualizações no pensamento de Max Weber são efetivadas por meio de autores contemporâneos como Sedi Hirano e Wright Mills, os quais revisam tais categorias.

PALAVRAS-CHAVE: casta, classe, estamento, estratificação, Weber

SOCIAL STRATIFICATION IN MAX WEBER'S THEORY: CONSIDERATIONS ON THE SUBJECT

ABSTRACT: This paper reflects on the analytical method of Weber, the Comprehensive Sociology. For this, the central focus addressed concerns the theory of social stratification, identifying the concepts of caste, estate, class and party to the ideal types. Finally, updates to the thought of Max Weber are investigated through contemporary authors such as Sedi Hirano and Wright Mills, who review those categories.

KEYWORDS: caste, class, estate, stratification, Weber

1. A SOCIOLOGIA COMPREENSIVA: MÉTODO ANALÍTICO WEBERIANO

O alemão Karl Emil Maximilian Weber, mais conhecido como Max Weber (1864 - 1920), nasceu em uma respeitada família da burguesia têxtil e teve ampla formação acadêmica, possibilitada pelas poses de seus pais. O pai foi jurista e político pragmático, já a mãe não hesitava em imprimir no filho a tradição protestante de ver o mundo. Ao passar por estudos sobre Direito, Economia, Filosofia, História e Teologia, tornou-se, ao lado de Émile Durkheim (1858 -

1917) e Karl Marx (1818 - 1883), um dos “pais fundadores” da Sociologia, tecendo reflexões significativas sobre a realidade social.

A importância dos debates em torno das Ciências Sociais, implementados na Alemanha durante a segunda metade do século XIX, influenciaram o pensamento de autores como Dilthey, Lukács, Marx, Rickert, Simmel, Tönnies, Windelband e, obviamente, Weber. Os pressupostos colocados em evidência nesse contexto histórico tratavam da definição da especificidade analítica das Ciências Sociais em relação às Ciências da Natureza, estabelecendo campos de conhecimento distintos. A preocupação de Weber era com os instrumentos metodológicos de investigação sociológica. Para tanto, o autor inova com o método de análise conhecido como Sociologia Compreensiva.

As interpretações totalizantes não fazem parte da agenda de estudos weberianos. Por considerar a realidade social infinita e em função de limitações científicas de cunho técnico, Weber se interessa por compreender teoricamente eventos em sua singularidade. Dessa forma, fragmentos da realidade são colocados em realce por meio da especificidade de um objeto recortado (SAINT-PIERRE, 1994).

As perspectivas teóricas que evocam a representação do curso real dos eventos são, para Weber, errôneas. Tentar reproduzir a realidade sem falhas, encontrando as causas autênticas e verdadeiras do devir não é correto, pois “tais concepções não somente avaliam erradamente a natureza probabilística da causalidade histórica, senão também se põem em contradição com a essência da ciência, já que não há conhecimento sem pressuposição” (FREUND, 1987, p.103).

Assim, o objeto da Sociologia weberiana é a interpretação da ação social, entendida como conduta humana dotada de sentido. Sua Sociologia Compreensiva busca entender, interpretando o sentido de tal ação, explicando-a causalmente em seus desenvolvimentos e efeitos. Cabe destacar a figura do agente individual, enquanto entidade portadora de sentido, como responsável por levar suas motivações às ações sociais, as quais são (típico-idealmente falando) de cunho afetivo, tradicional, racional conforme fins ou racional conforme valores. Weber (1991) destaca que quando há o compartilhamento de sentido das ações sociais com a criação de um comportamento reciprocamente referido, surge a relação social, também passível de análise.

O autor afirma que embora o objeto das Ciências Sociais se encontre dentro da esfera de valores e em premissas subjetivas, o cientista social não está, por isso, condenado a produzir um saber puramente valorativo e sem neutralidade. A partir de tal constatação, Weber (1999) apresenta o problema da objetividade das Ciências Sociais, apontando sua superação por meio de critérios metodológicos claros.

É possível alcançar conclusões objetivamente válidas no terreno das Ciências Sociais quando os juízos de valor são identificados e excluídos do discurso científico e quando se cumpre

a verificação empírica das preposições formuladas. Logo, a posição epistemológica de Weber vai se delineando por duas condições fundamentais.

A primeira refere-se à distinção entre relação com valores e juízos de valor. Com isso, entende-se a relação com valores como um instrumento analítico por meio do qual o cientista realiza a seleção do objeto a ser estudado. A partir da relação com valores recorta-se a realidade, efetivando-se, também, uma triagem entre os elementos essenciais ou acessórios, definindo a unidade do problema e destacando o objeto mediante sua significação cultural. Pois o objetivo das formulações weberianas é “tão somente tornar mais inteligíveis à nossa percepção certos aspectos, a saber, os que permitem extrair significações históricas nos limites da pesquisa, definidas pela relação com os valores” (FREUND, 1987, p.103). Já os juízos de valor são elementos de posição política e moral do cientista, comprometem a neutralidade da análise por se destacarem enquanto juízos parciais da esfera do “deve ser”.

A segunda posição epistemológica de Weber diz respeito à importância da comprovação empírica das hipóteses, sendo essencial validar cientificamente o fenômeno estudado por meio do teste empírico e mediante a explicação causal (WEBER, 1991).

Como apresentado, toda a objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais somente é alcançada através de recursos metodológicos. O maior recurso garantidor de tal objetividade é a construção dos tipos ideais, representados por um

[...] quadro do pensamento [que] reúne determinadas relações e acontecimentos da vida histórica para formar um cosmos não contraditório de relações pensadas. Pelo seu conteúdo, essa construção reveste-se do caráter de uma utopia, obtida mediante a acentuação mental de determinados elementos da realidade [...]. Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro [...]. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal (WEBER, 1999, p.105-6).

Dessa forma, o sentido das ações sociais investigado pelo sociólogo é possibilitado pela construção científica do método tipológico. Como aplicação de toda a problematização metodológica anterior, este ensaio busca refletir acerca da tipologia weberiana em sua Teoria da

Estratificação Social, bem como apontar a revisão das ideias de Weber feita por autores contemporâneos que abordam a referida temática.

2. TEORIA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Como já apresentado, o sentido levado à atividade social, embora dotado de personalismo, é orientado pelo comportamento/conduita de outros. Freund (1987, p.90) destaca que a relação social é “o comportamento de uma pluralidade de indivíduos que, pelo conteúdo significativo de suas atividades, regulam sua conduta reciprocamente uns pelos outros”. Nesta direção, pode-se transpor as ponderações de Freund (1987) para as categorias da estratificação social, entendendo que o sentido levado pelos indivíduos às relações baseadas na estratificação são comuns e compartilhados, legitimando a hierarquia.

Existem diversas razões para se ingressar em uma relação de convívio, a qual é orientada por princípios referentes à estratificação e suas normas. O modo como os indivíduos estão organizados socialmente requer o compartilhamento de relações sociais, ou seja, o entendimento mútuo da coerência do esquema de estratificação faz com que o sentido de tais princípios seja comungado pela coletividade envolvida neste arranjo estrutural.

Assim, a estratificação é a maneira pela qual os indivíduos se reproduzem socialmente e, de acordo com Weber (1974), toda a discussão relativa à estratificação social requer, inicialmente, atenção ao conceito de poder. Entende-se “por poder a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 1974, p.211). Portanto, o modo de estruturação de qualquer ordem social influencia a distribuição de poder, econômico ou outro, dentro dos limites de cada sociedade.

A estrutura social não se organiza apenas ao nível econômico, mas também em termos do poder. Logo, não é somente o poder advindo de fatores econômicos que determina o tipo de estratificação social encontrado nas diversas sociedades, pois a luta pelo poder também é orientada pelas honras e prestígios sociais trazidas por ele. Existem contextos nos quais a honra é que está na base do poder político ou mesmo econômico.

Weber (1974, p.212) afirma que

[...] a forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social”. Ela e a ordem econômica estão, decerto, relacionadas da mesma forma

com a “ordem jurídica”. Não são, porém, idênticas. A ordem social é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela.

A estruturação do poder e a produção econômica possibilitam a classificação das sociedades e a avaliação do grau de mobilidade social encontrado nelas. Dessa forma, conclui-se que castas, “classes, estamentos e partidos são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade” (WEBER, 1974, p.212), elementos esses que serão analisados a seguir.

2.1. CASTA

A reflexão em torno das castas remete-se ao exemplo imediato da Índia. O sistema de castas, com seus direitos e deveres envolvidos, é a instituição fundamental do hinduísmo, embora nem toda casta seja hindu, pois entre os maometanos e budistas também existem castas.

A determinação da posição social de cada casta é dada pela distância social e mágica em relação às demais, sendo uma configuração histórico-estrutural particular explicável quando se acentuam categorias analíticas como religião, cor, raça, linhagem, hereditariedade, ocupação. Todos esses preceitos predominam no pensamento e nas ações dos que vivem sob tal padrão de estratificação (WEBER, 1972).

Na conceituação de casta deve-se considerar os elementos sagrados e religiosos, além do conjunto de usos, costumes, símbolos, signos sociais e regras ritualísticas que fornecem o sentido mentado das ações e relações sociais. As castas possuem características típico-ideais definidoras, a saber: uso de instrumentos mágico-religiosos, costumes profundamente arraigados, preponderância da produção artesanal de bens e valorização da qualidade ao invés do lucro.

Na sociedade de castas a ação dos grupos está submetida à vontade divina e a conduta está prescrita por deuses, sendo que a socialização é feita por meio da coerção religiosa com a imposição da “vontade divina”. Há, ainda, um conjunto de normas e regras sociais relacionadas à comensalidade e padrões dietéticos. Os costumes são transmitidos de geração para geração sem alterações significativas em tal transmissão, tornando a casta, grosso modo, como uma espécie de protótipo invariável (WEBER, 1974).

As castas não são definidas pela existência de territórios fixos a cada uma delas, diferentemente das tribos e guildas, mas os membros vivem, em grande parte, segregados em vilas. Toda casta se subdivide em subcastas com posições sociais distintas. Não são associações políticas e sim associações sociais influenciadas por questões religiosas (WEBER, 1972).

A distinção entre elementos puros e impuros é essencial para a compreensão da distância entre castas. Com isso, uma série de pessoas e alimentos proibidos é tida como impura para determinadas castas, outra série de elementos são permitidos e, simultaneamente, puros. Em muitos casos, o contato físico entre castas hierarquicamente diferentes é considerado como um ritual poluidor. É por isso que

[...] uma completa fraternização das castas foi – e é – impossível, porque constitui um dos princípios das mesmas que deve haver barreiras, pelo menos ritualmente, invioláveis [...]. Se um membro de casta inferior apenas olha a refeição de um Brâmane, este fica ritualmente poluído (WEBER, 1972, p.144).

A impossibilidade de solidariedade e fraternização entre as castas ocasiona tensões enormes entre elas, com práticas reais de hostilidade e estranheza orientadas pelas posições sociais. Com isso, os hábitos das castas podem identificá-las enquanto um grupo fechado de status, como provam os casamentos e uniões realizados somente entre indivíduos de mesma origem dentro do sistema de castas. Não há mobilidade social via casamento ou via qualquer outro recurso, como são hereditárias, as posições de castas são determinadas pelo nascimento.

2.2. ESTAMENTO

Tal como as castas, os estamentos também não são definidos somente ao nível da apropriação econômica do poder. Categorias sócio-culturais como tradição, linhagem, vassalagem, honra e prestígio estão presentes na orientação das relações e das classificações de seus membros. Sendo assim, considerar os elementos citados é fundamental para a conceituação típico-ideal do estamento.

A sociedade estamental se efetiva pelos grupos de status, os quais são determinados por uma estimativa específica da honra e se estratificam pela usurpação dessa honraria, ditando regras quanto ao estilo/tom de vida aos pertencentes de um mesmo círculo. O Feudalismo seria um exemplo direto desse modelo de organização social (WEBER, 1974).

A estratificação dos estamentos relaciona-se com o monopólio de bens ou oportunidades materiais e ideais, ou seja, a propriedade torna-se uma regularidade que influencia as qualificações estamentais, garantindo restrições ao relacionamento social. “Essas restrições podem limitar os casamentos normais ao círculo de status e podem levar a um completo fechamento endogâmico” (WEBER, 1974, p.220).

O conjunto de direitos e deveres, inerente aos estamentos, fundamenta hierarquias. As distinções são mantidas por convenções ou leis que garantem aos grupos de status privilégios e

monopólios. “Existe monopólio desde que o agrupamento impõe um fechamento, em limites variáveis, com vistas a aumentar as oportunidades de sua atividade contra os que ficam do lado de fora” (FREUND, 1987, p.115). Contudo, diferentemente das castas, a sociedade estamental permite, mesmo de modo bastante reduzido, algum nível de mobilidade social com ascensões verticais.

Os grupos de status se condensam em comunidades e são ou não contemplados com o status social. Aqueles que o possuem usufruem-no no presente por serem considerados “dignos” para tal, já os grupos com prestígio reduzido, entendem esse descrédito como uma dignidade posterior que Deus proverá.

O sentimento de dignidade que caracteriza os estamentos positivamente privilegiados relaciona-se, naturalmente, com seu “ser” que não transcende a si mesmo, isto é, relaciona-se com sua “beleza e excelência”. Seu reino é “deste mundo”. Vivem para o presente e explorando seu grande passado. O senso de dignidade das camadas negativamente privilegiados naturalmente se refere a um futuro que está além do presente, seja desta vida ou de outra. Em outras palavras, deve ser nutrido pela crença numa “missão” providencial e por uma crença numa honra específica perante Deus (WEBER, 1974, p.222).

A noção de estima pelo trabalho acarreta desqualificação de alguns grupos entre as sociedades estratificadas via estamentos. Sendo assim, efeitos econômicos interferem na organização de tais sociedades, pois “a desqualificação frequente das pessoas que se empregam para ganhar um salário é resultado direto do princípio de estratificação estamental” (WEBER, 1974, p.224).

Segundo Weber (1974), a estratificação por estamentos tende a ser favorecida quando as bases da aquisição e distribuição de bens são mantidas de modo estável. Contudo, quando as transformações econômicas, advindas de processos tecnológicos, modificam a dinâmica de tais bases, a situação de classe (como apresentado a seguir) passa a ser evidenciada em relação aos grupos de status. “E toda diminuição no ritmo de mudanças nas estratificações econômicas leva, no devido tempo, ao aparecimento de organizações estamentais e contribui para a ressurreição do importante papel das honras sociais” (WEBER, 1974, p.226).

2.3. CLASSE

Diferentemente dos estamentos, não se pode entender classe como comunidade. A classe é definida por um número de pessoas que comungam, em suas oportunidades de vida, um mesmo componente causal específico. Esse componente é exclusivamente representado por

interesses de cunho econômico da posse de bens, das oportunidades de renda, das condições do mercado de produtos e do mercado de trabalho.

Dessa forma, é criada uma mesma

[...] situação de classe, que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classe (WEBER, 1974, p.212).

A situação de classe é, então, definida pelo tipo de propriedade utilizada para a obtenção do lucro e pelos tipos de serviços oferecidos no mercado. Logo, as categorias básicas que a orientam são proprietários e não-proprietários. Como o fator que cria a classe é um interesse econômico claro vinculado à existência no mercado, a “situação de classe, nesse sentido, é, em última análise, situação no mercado” (WEBER, 1974, p.214).

Simplificando, poderíamos dizer, assim, que as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais (WEBER, 1974, p.226).

Weber (1991) também estabelece uma tipologia da classe, destacando três tipos singulares, tais sejam:

a. Classe proprietária, na qual as diferenças de propriedades determinam a situação de classe. Existem classes proprietárias positivamente privilegiadas, detentoras de uma série de monopólios relativos à venda de produtos, à formação de poupança, à constituição de patrimônios, à possibilidade de se viver de rendas. Mas também são encontradas classes proprietárias negativamente privilegiadas, que se firmam como objetos de propriedade, como servos, devedores, pobres.

b. Classe lucrativa, possibilitada por meio da valorização de bens e serviços no mercado, pela direção da produção. Os que fazem parte da classe lucrativa positivamente privilegiada são empresários, comerciantes, agro-negocistas, industriais, banqueiros e profissionais liberais como médicos, advogados e artistas. Já os trabalhadores qualificados, semi-

qualificados ou não-qualificados, são considerados como pertencentes à classe lucrativa negativamente privilegiada.

Entre os positivamente privilegiados e os negativamente privilegiados, tanto da classe proprietária, quanto da classe lucrativa, encontram-se as classes médias, formadas por indivíduos com pequenas propriedades ou qualidades de educação, camponeses, artesãos independentes, funcionários públicos ou privados.

c. Classe social, forjada por critérios pessoais ou geracionais. São membros desta classe a pequena burguesia e o proletariado (WEBER, 1991).

Por se tratar de uma construção típico-ideal, as classes se convergem e garantem aos seus representantes o intercâmbio entre elas. Indivíduos da classe lucrativa podem também pertencerem à classe social. Aqui não há a fixação ou a rigidez de posições determinadas. O fluxo social entre uma classe e outra é possibilitado pela própria condução analítica weberiana.

Como a classe é definida, em última instância, por interesses econômicos, só existem lutas de classes de acordo com ações comunitárias de indivíduos em mesma situação de classe, em busca de melhores acessos ao mercado. Ou seja, a guerra de preços, de salários, de produtos e condicionantes do mercado são os reais determinantes das lutas de classes (WEBER, 1974).

2.4. PARTIDO

Se os estamentos estão sob a égide da ordem social e as classes sob a perspectiva da ordem econômica, os partidos estão relacionados ao signo do poder. Buscam a aquisição de poder social para influenciarem a ação comunitária dos grupos envolvidos. Para tanto, possuem metas relacionadas a causas como a concretização de um programa com finalidades ideais ou matérias coletivas ou metas pessoais (WEBER, 1974).

Os partidos são possíveis apenas dentro de comunidades de algum modo socializadas, ou seja, que tem alguma ordem racional e um quadro de pessoas prontas a assegurá-las, pois os partidos visam precisamente a influenciar esse quadro, e, se possível, recrutá-lo entre seus seguidores (WEBER, 1974, p.227).

3. ATUALIZANDO O PENSAMENTO WEBERIANO

Marcados os conceitos típico-ideais de casta, estamento, classe e partido, a atualização do pensamento de Weber indica que suas reflexões, acerca da estratificação social, permanecem em voga por meio de autores contemporâneos que apontam limites e incluem novas perspectivas ao debate.

O levantamento e a sistematização dos elementos definidores destes conceitos requer o confronto de tais informações com o empiricamente dado, revelando validades e/ou falhas nos tipos ideais elaborados. Logo, a teoria weberiana se constrói numa contínua revisão.

Como destaca Sedi Hirano, estudioso da Universidade de São Paulo vinculado à Sociologia, o sentido ou a significação histórica dos fenômenos observados é atribuído metodologicamente pelo investigador, por meio da seleção de elementos considerados essenciais. É segundo essa concepção que são estabelecidos os tipos ideais abstratos, jogando com alternativas (probabilidades analíticas) referentes à configuração social do objeto (HIRANO, 1975).

Desse modo, existem duas séries de fenômenos na concepção de Weber, os ideais (construídos abstratamente) e os reais (observados empiricamente), é na comparação ou no confronto das duas séries que reside a compreensão de eventos históricos com sentido relativos à ordem social, econômica ou do poder, como no caso da estratificação (HIRANO, 1975).

É por isso que o entendimento da estratificação social, como recurso analítico construído pela abstração de categorias, requer a revisão inicial do modo como operam as máximas da Sociologia Compreensiva de Weber.

3.1. APONTAMENTOS SOBRE AS CASTAS

Feito isso, a questão de fundo apresentada por Hirano (1975) no que tange ao sistema de castas é sua sistemática oposição ao sistema capitalista. Para o autor existe um conjunto de “normas sociais culturalmente significativas às castas” (HIRANO, 1975, p.29) que estão associadas com princípios religiosos de direitos e deveres ritualísticos. Fatores tais que identificam as castas como uma modalidade de estratificação social pré-capitalista. Assim, o fator típico construído metodologicamente para o conceito de casta é seu caráter sagrado-religioso, no que concerne um código de rituais.

A primazia de critérios religiosos na configuração social das castas, faz com que esse sistema de estratificação não se adeque aos moldes da empresa capitalista. “A implantação desta forma racional de exploração das atividades econômicas ocorre por meio da ação de um país economicamente desenvolvido em termos capitalistas” (HIRANO, 1975, p.126). Ou seja, há um elemento irracional nas formas de exploração econômicas dentro do sistema de castas. O que endossa essa análise de distinção entre regime de acumulação capitalista e sistema de castas é a problematização em torno do trabalho nas castas, o qual é entendido como determinado mediante ordenamentos divinos.

Apontando para esse caráter estanque entre capitalismo e castas, Hirano (1975, p.27) destaca:

[...] num e noutro caso, as contraposições são as que se seguem: a) uma maior especialização e aperfeiçoamento artesanal em detrimento da produtividade e de uma maior racionalização na divisão social do trabalho; b) penetração dos elementos mágico-religiosos essencialmente tradicionalistas em oposição ao racionalismo, ou seja, a atividade econômica no sistema de castas é uma vocação imposta por deuses específicos e não uma resultante de uma ação visando valores ou fins racionais animados pela compensação ou consecução de interesses; c) numa ocorre a valorização da qualidade, noutra a exploração econômica com aperfeiçoamento tecnológico visando essencialmente uma economia lucrativa racional; d) em suma, pela consagração religiosa, e ainda, por seu espírito e por suas hipóteses, a chave estrutural desta delimitação do conceito de castas é a sagração de cada ação social produtiva como sendo resultante, em termos de imputação causal, de uma vocação (predestinação) profissional adscrita pela religião.

Contudo, Hirano (1975) não hesita em ressaltar que embora estanques, o capitalismo e sistema de castas, podem coexistir em casos singulares de formação social, como na própria Índia.

Todos os outros tipos de formações sociais e mais especificamente o capitalismo moderno, teoricamente, em termos weberianos, são incompatíveis com o sistema de castas. Não elimina, por outro lado, a possibilidade de coexistência, desde que se importe da Europa o mecanismo acabado do capitalismo, no sentido cultural (HIRANO, 1975, p.29).

Como o tipo ideal não é encontrado na realidade em sua plenitude, ou em sua pureza conceitual, as configurações de castas permitem tal verificação.

3.2. REVISANDO OS ESTAMENTOS

A problematização referente à sociedade estamental passa por uma abordagem bastante interessante, do ponto de vista de Hirano (1975). Conforme o autor, Weber chega a considerar a transformação do estamento em casta. Assim, quando os estamentos realizam em todos os níveis suas consequências, transfiguram-se em uma casta fechada. “Nesse momento as distinções estamentais, além de serem asseguradas pelas convenções e leis, o são também pelos rituais sagrados” (HIRANO, 1975, p.127).

Outro aspecto essencial da revisão teórica contemporânea sobre os estamentos, diz respeito à não vinculação deles, tal como entre as castas, com as categorias típicas do capitalismo moderno. Nesse sentido, alguns tipos específicos de configuração capitalista como o capitalismo comercial, o de arrendamento de tributos e de arrendamento e venda de cargos, o de subministração ao Estado e de financiamentos de guerras e o capitalismo colonial e de plantação, podem ser, de modo típico-ideal, encontrados entre as sociedades estratificadas por estamentos.

Porém, características típicas e centrais ao capitalismo moderno como “a empresa lucrativa sensível em grau máximo às irracionalidades da justiça, da administração e da tributação, e orientada pela situação de mercado dos consumidores com capital fixo e organização racional do trabalho livre” (HIRANO, 1975, p.41) não são observadas nos estamentos.

3.3. SOFISTICANDO O PENSAMENTO DE WEBER: AS ANÁLISES DE WRIGHT MILLS

O sociólogo norte-americano Wright Mills (1916 - 1962) apresenta como uma de suas principais temáticas de estudo, ao lado da teoria das elites, o fenômeno da chamada nova classe média. Autor de inspiração weberiana, Mills (1979) estabelece distinções entre os trabalhadores de colarinhos-brancos (pertencentes à nova classe média) e os trabalhadores de macacão azul (representados pelos operários). Mediante suas análises é possível revisar e sofisticar as noções de Weber sobre estratificação e as categorias de classe, status e poder.

Os colarinhos-brancos são formados por um tipo específico de trabalhador com hábitos sociais, econômicos e políticos caracterizando uma nova classe média. A ampliação do número de trabalhadores com funções diferenciadas em relação aos trabalhos manuais fomenta o surgimento dos colarinhos-brancos, relacionados a um status diferenciado por serem tipicamente vinculados às funções de escritório, ao trabalho intelectual, com a possibilidade de mobilidade e com certo grau de autonomia. Em contrapartida, os trabalhadores manuais se condensariam entre os operários fabris, com baixa ascensão e sem condições de autonomia perante o processo de produção.

A nova classe média é formada por ex-profissionais liberais autônomos, que se tornam assalariados ao longo do tempo e novos profissionais que surgem com o desenvolvimento econômico, como técnicos, comerciários, professores; todos eles evocam diferentes práticas de consumo, moradia, lazer (MILLS, 1979).

Mills (1979) chega à conclusão de que a classe trabalhadora é heterogênea e que existem lugares intermediários entre as classes polares do proletariado e da burguesia. O comportamento diferenciado dos colarinhos-brancos evidencia a nova classe média, a qual apresenta como

elemento motivador de suas ações o prestígio e o status, dessemelhantes em relação aos demais trabalhadores.

A Sociologia das ocupações é indispensável no entendimento da nova classe média, pois ela deriva de uma passagem da posse de propriedades para a não-propriedade, em termos negativos; e da passagem da estratificação baseada na propriedade para uma estrutura orientada pela ocupação, em termos positivos (MILLS, 1979).

Atualmente, as possibilidades de venda de serviços pessoais no mercado de trabalho determinam a vida da maior parte dos indivíduos pertencentes à classe média. Ou seja, “a situação de classe, em seu sentido mais simples e objetivo depende do momento e da fonte de renda” (MILLS, 1979, p.91).

O fenômeno dos colarinhos-brancos possibilita uma revisão significativa dos termos weberianos da estratificação, ao revelar a complexa associação entre os conceitos de classe, status e poder. A posição/ocupação no mercado, no caso da nova classe média, faz a síntese e a inter-relação desses conteúdos, sendo “impossível defini-los com precisão a partir de um critério isolado de estratificação, seja a especialização, função, classe, status ou poder. Eles geralmente estão nos níveis médios de cada uma dessas dimensões” (MILLS, 1979, p.95).

Diretamente nas palavras do autor, usa-se

[...] como critério para delimitar a classe média os seus tipos de empregos, mas esse conceito implica também diferentes modos de classificar as pessoas quanto à sua posição social. Como atividades específicas, as ocupações vinculam diferentes tipos e níveis de especialização e seu exercício preenche determinadas funções dentro de uma divisão industrial do trabalho. [...] como fontes de renda, as ocupações estão ligadas à situação de classe, e como normalmente elas acarretam uma certa dose de prestígio, são também relevantes para o status do indivíduo. Implicam também determinados graus de poder sobre os outros, ou diretamente num emprego ou indiretamente em outras áreas da vida social. As ocupações, portanto, estão vinculadas à classe, status e poder, assim como à especialização e função, para compreender as ocupações que integram a nova classe média, devemos analisá-las em cada uma dessas dimensões (MILLS, 1979, p.91).

Nesse sentido, Weber (2006) indica que a emergência do capitalismo, entendido como cultura e não como modo de produção, possibilitou que um espírito capitalista peculiar se desenvolvesse entre os protestantes. O racionalismo econômico, com o uso disciplinado do dinheiro, garantiu uma nova mentalidade ou um novo *ethos* econômico expresso em um estilo de vida.

A vivência do capitalismo na condução metódica e cotidiana das vidas, ou seja, a vivência de um estilo de vida capitalista garante critérios também para a estratificação social. Como apresentado nas sessões anteriores deste ensaio, os estamentos ditam regras quando ao tom da vida, as associações de classe também, pois indivíduos em mesma situação de classe, com componentes causais comuns no mercado, evocam hábitos sociais semelhantes (WEBER, 2006).

Toda a problematização weberiana acerca da racionalização econômica advinda de preceitos da teologia protestante e garantindo um modo de vida singular, conflui com a abordagem precedente de Mills (1979) que vincula à nova classe média os preceitos de classe, status e poder.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o estudo weberiano sobre estratificação tenha raízes evidentemente sociológicas, ao passo que o próprio Weber reivindica tal posição, suas análises, especialmente acerca da classe, vem sendo utilizadas em maior grau pela Economia e não pela Sociologia. A crítica feita a Karl Marx, e aos próprios marxistas, de que a tese da bipolarização social, na qual proletariado se encontraria num extremo e burguesia no outro, faria um reducionismo analítico dos determinantes da estratificação social às posições econômicas ocupadas no processo de produção há muito vigora entre interpretes e comentadores.

Contudo, toda a apresentação da ideia da bipolarização social foi sendo aprimorada com a percepção de que os antagonismos e contradições vividos no modo de produção capitalista permeiam o Estado e as classes sociais, o que requer uma compreensão dialética de tais categorias. Assim, o próprio Marx (1986) forja a noção de “fração” para resolver o problema da não homogeneidade das classes polares.

Há, então, o reconhecimento pela teoria marxista de que simplesmente as relações econômicas estabelecidas pelos indivíduos não dão conta de orientar a posição de classe que eles possuem. Além da repercussão ideológica da posição econômica que se ocupa, a incorporação de outras relações sociais e políticas também passam a ser evidenciadas nesse processo de orientação da estratificação (MARX, 1986).

A crítica feita aos marxistas pode ser delegada ao próprio Weber (1974), quando ele destaca, em sua tipologia sobre classe, diretamente o nível das relações e estruturas de apropriação econômica e dominação política, ou seja, os mecanismos de poder político que legitimam as formas de apropriação. Há explicitamente o predomínio do econômico perante outras categorias de explicação, como a própria religião. A classe passa a ser entendida como “uma socialização de interesse em razão da situação em que se encontram indivíduos que julgam ter

uma posição exterior e um destino comum, porque dispõem ou não do poder sobre os bens econômicos” (FREUND, 1987, p.124). Desse modo, a situação de classe é diretamente marcada pela situação no mercado. Tudo isso faz os estudos econômicos, e não os sociológicos, absorverem com maior relevo este debate weberiano.

O desafio para analistas da estratificação social é sempre atentar-se para controvérsias desse tipo, apontando limites e avanços das reflexões clássicas. As problematizações weberianas de casta, estamento, classe e partido podem orientar os estudos, desde que o cuidado com a operacionalização dos conceitos típico-ideais se torne constante. Weber foi e continuará sendo uma referência significativa da Sociologia e também em outras áreas do conhecimento, pois esteve preocupado com a compreensão de aspectos relevantes da realidade social e dos fenômenos dotados de sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais em Marx e Weber**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MILLS, Wright. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SAINT-PIERRE, Héctor. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. São Paulo: Unicamp, 1994.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.). **Weber - Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13. São Paulo: Ática, 1999, p. 79-127.

_____. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). **Max Weber - Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 211-228.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, v1.

_____. O conceito de casta. In: IANNI, Octávio (Org.). **Teorias da estratificação social: leituras de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1972, p. 136-163.